

Sociologia no Ensino Médio: Historicidade e Perspectivas da Ciência da Sociedade.

DANIELA APARECIDA TOMAZINI¹ E ELISABETH DA FONSECA GUIMARÃES²

RESUMO

A Sociologia é a ciência da sociedade que visa estudar o homem, suas relações sociais, o modo como se organizam e se interagem entre si. Como disciplina, sua prática reclama a formação de alunos com atitudes críticas, capazes de compreender e explicar cientificamente a vida em sociedade.

O presente estudo teve como objetivo conhecer o percurso desenvolvido pela Sociologia: sua origem, seus objetivos, sua instituição enquanto disciplina, sua vinda para o Brasil e, de maneira especificada, fazer uma análise atual da situação da disciplina nas escolas públicas de nível médio da cidade de Uberlândia, ou seja, como ela está sendo "traduzida" pelas novas determinações da LDB, no que se refere a sua inserção na grade curricular.

O trabalho foi concretizado mediante um estudo bibliográfico de autores clássicos e contemporâneos da Ciências Sociais e Educação. Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários a professores e profissionais da área.

Constatamos que a Sociologia ainda não conseguiu se impor como uma necessidade frente aos demais conteúdos, principalmente porque ela se insere na parte diversificada, cedendo espaço para disciplinas do currículo básico comum. A carga horária a ela destinada é insuficiente para cumprir as metas e objetivos propostos. Não possui um quadro de professores especializados, sendo, na maioria das vezes, ministrada por profissionais de outras áreas.

PALAVRAS CHAVE: Educação, Sociologia, Escolas Públicas de Ensino Médio, Uberlândia.

¹ Graduanda do 3º ano de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Rua Carlos Marques, 222, Bairro Aparecida, CEP: 38400-682, e-mail: danitomazini@bol.com.br

² Orientadora, Doutora em Educação pela Unicamp, Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Avenida Liberdade, 1195, Bairro Altamira, CEP: 3841-002, e-mail: elisabeth@ufu.br,
elisabethufu@aol.com.br

ABSTRACT.

Sociology in the Medium Teaching: Historicidade and Perspectives of the Science of the Society.

The Sociology is a science that study the man, its social relationships, the way as they are organized and how they act to each other. As a discipline, its practice demands to graduate students with a critical attitudes, being capable to understand and to explain scientifically the life in society.

The present study had as objective to know the course done by the Sociology, its origin, its objectives, its institution as discipline, its coming to Brazil and, in a specified way, to make a current analysis of the situation of this discipline in the Public's High Schools from the city of Uberlândia, that is to say, how it is being “translated” by the new determinations of LDB, concerning its insert it in the grade of study.

This work was done thorough a bibliographical study of classic and contemporary authors of the Social Sciences and Education. Interviews and applied questionnaires were done with teachers and professionals from this area.

Was verified that the Sociology couldn't impose itself as a important discipline, especially due its inserts in the diversified part of LDB, giving, thus, space for disciplines from the basic curriculum. The hourly load destined for Sociology it's not sufficient to execute the goals and objectives proposed, and it doesn't have a good number of specialized teachers, being, most of the time, taught by professionals from others areas.

KEY WORDS: Education, Sociology, High School Teaching, Uberlândia.

INTRODUÇÃO

" A Sociologia constitui o ramo da ciência em que se estudam os aspectos sociais da vida. Daí resulta que a Sociologia se caracteriza duplamente. Primeiro por seu ponto de vista. Ela é o ramo da ciência em que os fenômenos de associação são representados, descritos e interpretados como fatos sociais, ou seja, em termos da ordem imanente à própria associação e da influência que ela exerce, como fator dinâmico de organização da vida. Segundo, por seu objeto. A Sociologia é o ramo da ciência que procura descrever, classificar e explicar os diferentes tipos de associação" (Fernandes, 1970, p.57).

O termo Sociologia aparece pela primeira vez na história em meados de 1830, por seu, então, fundador Auguste Comte. Nasce embalada pela laicização das ciências e pelo intuito de dar explicações racionais aos problemas da época.

Como ciência da sociedade, é sua tarefa, naquele momento, elaborar respostas coerentes e criteriosas às inquietações e incertezas que delineavam o novo formato das relações sociais.

Estimulado por esse quadro marcante de nascimento de uma nova ciência, o presente estudo visa analisar criticamente o papel da Sociologia, relacionado-o ao contexto histórico-

educacional em que ela se insere. A partir da institucionalização da cátedra por Émile Durkheim, na Universidade de Bordéus, na França, procurar-se-á fazer uma avaliação dos percalços enfrentados pela disciplina até os dias atuais.

A Sociologia no Ensino Médio, na cidade de Uberlândia, é o ponto final desta trajetória. A proposta é de se conhecer as atuais possibilidades de a disciplina desenvolver no aluno desse nível de escolaridade a capacidade de refletir criticamente sobre as questões sociais que o envolvem.

Processo histórico do surgimento da Sociologia

A Sociologia surge no momento de desagregação da sociedade feudal e consolidação da sociedade capitalista; nasce e desenvolve-se com o Mundo Moderno; surge como uma forma de auto-consciência científica da realidade social. De um ponto de vista histórico, o que

possibilitou o seu nascimento foram as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que ocorreram no século XVIII, como consequência das Revoluções Francesa e Industrial. Tais transformações possibilitam o processo de instalação definitiva da sociedade moderna, marcado pelo rápido processo de industrialização, que repercutiu por toda sociedade européia. Essa nova realidade provoca o aparecimento de várias ideologias e teorias sociais.

A economia no século XIX se forma sob a influência da Revolução Industrial, que modifica o modo existente de produção. O que antes visava apenas atender às necessidades de subsistência dos homens, agora surge como mercadoria, como produção em série, como incentivo ao consumo.

A Revolução Francesa (1789) reivindica valores como liberdade e igualdade, fornecendo as bases para movimentos revolucionários subsequentes, em manifestações contra a insatisfação

política e social imposta pelo novo modo de organização e produção da vida material.

A sociedade se torna mais individualista do que nunca; de acordo com Octávio Ianni, os objetivos sociais passam a ser a soma aritmética dos objetivos individuais. A ciência se especializa: se torna a única fonte capaz de atender as inquietações da época, dando respostas às novas indagações. O homem desmistifica a idéia de Deus. A ciência se torna a detentora de todo o conhecimento e verdade. Seu progresso reduz os espaços da tradição, superstição e religião, substituindo-os pela razão. Aflora o antropocentrismo. O homem se torna o centro de tudo, responsável pelo próprio destino. (Ianni, 1989, p.20).

Os conflitos gerados pelo surgimento de novas classes sociais, de novas ideologias, de diferentes questionamentos, reclamam a elaboração de respostas. A sociedade se torna um problema que precisa ser explicado.

A Revolução Francesa conferiu o poder político à burguesia, destruiu os fundamentos da sociedade feudal e promoveu profundas modificações na vida social. A Revolução Industrial trouxe crises e desordens à organização da sociedade, o que levou alguns pensadores a concentrar suas reflexões sobre suas conseqüências. Surge, então, o pensamento positivista.

Preocupados em encontrar soluções para as crises do momento, os positivistas, ao explicarem os problemas da sociedade, chegam à conclusão de que os fenômenos sociais estão sujeitos a leis tão rigorosas como as que regem os fenômenos físicos. Saint-Simon (1760-1825) preconiza a transferência de todo o poder da sociedade para as mãos dos cientistas e industriais. O objetivo é restaurar a ordem social. Mas é com seu discípulo, Augusto Comte (1798-1857), que as Ciências Sociais, de um modo específico a Sociologia, começam a se delinear como ciências autônomas.

Principal representante do positivismo francês, Auguste Comte irá se referir à nova ciência como Física Social, numa demonstração de que serão os parâmetros físicos-naturais marcantes para a construção dessa nova forma de conhecimento. Para ele, somente a utilização de tais parâmetros permitirá aos fenômenos sociais alcançarem a cientificidade almejada pelo Positivismo.

A organização da sociedade, a preservação e manutenção da ordem, a relação de um forte conteúdo conservador e reformista serão características marcantes do pensamento comtiano. Contudo, é preciso deixar claro que não será essa primeira Sociologia capaz de elaborar um referencial teórico voltado às questões cruciais do capitalismo nascente, ou seja, o acirramento da desigualdade social e a exploração da classe operária.

A Sociologia, como forma de uma auto-consciência da realidade, alimenta boa parte das reflexões dos primeiros pensadores que hoje fazem parte dos

clássicos das Ciências Sociais. Como exemplo, podemos citar Saint-Simon, Tocqueville, Comte, Burk, Spencer, Feuerbach, Durkheim, Weber, Marx e outros. Todos tratando de compreender, explicar e responder às transformações e crises manifestas em processos sociais e estruturais, em movimentos de protesto, greve, revolta e revolução.

"A sociologia revela e constitui dimensões essenciais do mundo moderno. As expressões sociedade civil e estado nacional, comunidade e sociedade, ordem e progresso, racional e irracional, anomia e alienação, ideologia e utopia, revolução e contra-revolução, entre outras, explicam e constituem muito desse mundo. Essa problemática denota o empenho do pensamento sociológico em compreender, interpretar, taquigrafar, ordenar, controlar, dinamizar ou exorcizar esse mundo. (...) Nesse sentido se pode imaginar que, sem a Sociologia, o mundo moderno seria mais obscuro, incógnito. Ficaria um pouco mais no limbo". (Ianni, 1989,p.24).

Sociologia no Brasil

No Brasil, desde a colonização, a cultura que aqui se estabeleceu foi importada da Europa, introduzida pelas ordens religiosas, em particular os jesuítas, que exerceram durante três séculos o monopólio sobre a educação, o pensamento culto e a produção artística. Imbuídos do espírito de catequese e contra-reforma, os jesuítas trouxeram uma filosofia universalista e escolástica, uma cultura erudita e religiosa, uma forma de pensar baseada na retórica e nos princípios universais do cristianismo, sem preocupações utilitárias. O caráter de distinção social e de alienação em relação aos problemas concretos da colônia marcou profundamente as atividades intelectuais do País. Durante três séculos, previda por diferentes circunstâncias, a cultura mudou de forma, mas não de função. (Costa, 1992).

Com a vinda da família real, em 1808, transporta-se para o Brasil a cultura

portuguesa, que procurava modernizar-se em alguns traços neoclássicos e atividades culturais, segundo o modelo da Universidade de Coimbra. A cultura destinava-se a descrever a colônia em estudos naturalistas que recebiam o nome genérico de história natural; e a recrutar nas classes intermediárias da população livre, intelectuais dispostos a servir à corte e às classes dominantes.

A partir de 1870, significativas mudanças irrompem na sociedade brasileira, sob pressão do desenvolvimento industrial e da expansão de novas correntes do pensamento como o liberalismo e o socialismo que ocorriam na Europa. O crescimento populacional é considerável, a produção cafeeira se expande, as primeiras ferrovias são implantadas, incrementa-se a pressão das camadas médias urbanas por maior participação política. Essas transformações ecoam na criação literária e na crítica social, a exemplo das obras de Aluísio Azevedo, Adolfo Caminha, Tobias Barreto, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

A burguesia brasileira reclama um modo de pensar mais radical, menos atrelado a uma estrutura social legada pela colonização, capaz de transformar a colônia numa nação capitalista.

A proclamação da República, em 1889, fermenta nos intelectuais a necessidade de construção de uma identidade do povo brasileiro. A população, composta por índios, negros, mestiços e estrangeiros, não se sente como uma nação; os que aqui habitam se consideram tudo, menos brasileiros. É necessário despertar o sentimento de patriotismo, de identidade nacional.

É a formação dessa identidade nacional que leva, em uma primeira instância, ao surgimento de correntes de pensamento ligadas ao conceito de meio e de raça, que se constituem em categorias do conhecimento que definirão o quadro interpretativo da realidade brasileira.

A miscigenação moral, intelectual e racial do povo só existe enquanto possibilidade. O ideal nacional, na

verdade, é uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento das raças.

Ironicamente, é o progresso social que vai possibilitar a constituição do conhecimento sociológico. A Sociologia, que nasce na França no período de transição do regime feudal para a sociedade industrial, surge no Brasil marcada pela crise de transição da sociedade patriarcal e escravista para a sociedade moderna.

Segundo Schwarcz, o período de 1870 a 1930 é marcado pela tentativa de formar uma elite independente e desvinculada dos laços culturais que prendiam a sociedade brasileira à metrópole européia e, assim, desenvolver um pensamento próprio, que daria a nação uma nova constituição. (Schwarcz, 1993)

No final do século XIX, passa a existir no Brasil uma forma de pensamento sociológico, como o desenvolvido por Euclides da Cunha, que traça no livro "Os Sertões" o conflito de uma sociedade

dividida em dois mundos aparentemente irreconciliáveis: o das cidades litorâneas, receptivas à influência externa, e o do interior agrário e tradicional.

A Sociologia aqui é recebida como "novidade" intelectual, simultaneamente à sua criação na sociedade européia. Surge no momento em que o País reclama por uma identidade nacional, por uma explicação do comportamento humano e da organização social fundamentados nos métodos positivos de investigação.

Os primeiros autores brasileiros viam na nova ciência a possibilidade para o registro de uma nacionalidade. Entre 1900 e 1929, são publicados alguns compêndios de Sociologia Criminal, como "Introdução à Sociologia" (1926), de Pontes de Miranda. Com efeito, muitos autores reconheceram que a Sociologia seria uma ciência da adaptação social, capaz de investigar acerca da capacidade de adaptação de diferentes agrupamentos humanos a um projeto de reorganização da sociedade. (Carvalho, 1935) e (Freyre, 1945).

Florestan Fernandes reconhece três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira. A primeira começa a esboçar-se a partir de 1850 e se fundamenta no fato dominante de ser a Sociologia explorada como um recurso parcial e uma perspectiva dependente de interpretação, sem a intenção de fazer propriamente uma investigação sociológica, e sim de esclarecer certas relações, mediante a consideração dos fatos sociais.

A segunda época desenvolve-se no começo do século XX e se fundamenta na utilização do pensamento racional, como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira, inspirada em um modelo mais complexo de análise da história. A interpretação do presente se associa às disposições de intervenção racional no processo social.

A terceira é a mais recente. Embora “lance raízes” no começo dos anos de 1930 e comece a se configurar plenamente

nos anos de 1970, se caracteriza pelo cuidado de subordinar o trabalho intelectual ao estudo dos fenômenos sociais, nos padrões de um trabalho científico sistemático. Essa intenção se revela tanto nas obras de investigação empírico-indutiva de reconstrução histórica ou de campo, quanto nos ensaios de sistematização teórica. Formam-se, assim, aspirações definidas, no sentido de contribuir para o progresso da Sociologia como disciplina científica. Evidencia-se uma mentalidade nova, marcada pelos centros de interesse do investigador individual. (Fernandes,1977).

O ensino da disciplina Sociologia

Os educadores são os primeiros que procuram enfrentar às necessidades de análise da nova situação de racionalidade da sociedade e propor reformas que se ajustassem o ensino brasileiro à ordem social democrática. Para Florestan Fernandes o ensino das Ciências Sociais no

curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social.

Em 1891, a reforma educacional coordenada por Benjamin Constant, então ministro da Instrução Pública, introduz a Sociologia, pela primeira vez nos cursos secundários, com a proposta de um curso de formação de adolescentes, e não de preparação para o ensino superior. Acreditava-se que a tarefa do sistema educacional seria despertar habilidades particulares dos indivíduos, articulando-as às necessidades de construção de uma nacionalidade brasileira.

Poucos anos depois, em 1901, com a Reforma Epiácio Pessoa, a Sociologia, sem que houvesse qualquer tipo de resistência, é retirada do currículo, sem jamais ter sido lecionada como disciplina obrigatória. Apenas em 1925, com a Reforma Rocha Vaz ela é inserida, no

currículo da 6^o série ginásial. No ano de 1928, torna-se disciplina obrigatória nos cursos de magistério de Pernambuco e do Rio de Janeiro, os chamados cursos normais.

Em 1931, ocorre outra mudança na estrutura curricular do ensino secundário de todo o País. A Reforma Francisco Campos traz de volta a Sociologia como disciplina obrigatória no quadro geral de matérias destinadas aos cursos complementares e à preparação de alunos para ingresso nas faculdades e universidades. A Sociologia, em 1932, com o Decreto nº 21.241, de 14 de abril, também se torna disciplina obrigatória nos cursos de Direito, de Ciências Médicas, de Engenharia e Arquitetura. Nessa época, a proposta curricular da disciplina tem o intuito de condicionar o aluno a entender e a decodificar os princípios que regulam o comportamento racional e científico necessários para a consolidação da organização social republicana. Daí, o nome da disciplina ser Sociologia e Moral.

Em 1933 é inaugurado o Curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo. E em 1935 o curso é instituído na Universidade do Distrito Federal, e em 1938 na Universidade do Paraná.

O autores dos primeiros manuais didáticos de Sociologia elegem os temas, teorias e conceitos da nova disciplina; reúnem métodos e procedimentos considerados adequados à análise sociológica; traduzem pequenos trechos de textos inéditos e passam a acolher as expectativas em relação à contribuição de um novo campo de conhecimento. Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Fernando de Azevedo despontam como os intelectuais da chamada geração de 30.

O desejo de organizar a vida nacional, sob novas bases para uma reformulação do conceito de nação contava com o auxílio do conhecimento científico, se expressando distintamente no trabalho de cada um deles.

O pensamento sociológico se expande, sendo cada vez mais utilizado no meio intelectual entre jornalistas, escritores, políticos e catedráticos. Para pensadores como Mário de Andrade, a Sociologia é a "arte de salvar rapidamente o Brasil" (Andrade, apud Costa, 1968, p.139). No contexto acadêmico, o processo de institucionalização da Sociologia como disciplina se insere nos currículos da educação secundária, que já havia começado em meados da década de 20.

A tentativa de formar novos intelectuais que se opusessem à tradição bacharelesca obteve poucos efeitos sobre a formação dos alunos. A metodologia de ensino de Sociologia, no período em questão, se baseou na preleção formal e abstrata, um pouco distante do pensamento renovador dos que lutavam pela sua institucionalização como disciplina.

Em 1937 é decretado o Estado Novo. O caráter ditatorial e conservador do governo provoca mudanças no pensamento do país. A Lei nº 4.244, de 9 de abril de

1942, a chamada Reforma Capanema, retira a obrigatoriedade da disciplina Sociologia nos cursos secundários.

Por outro lado, já no fim da década de 40, no que tange ao ensino superior, o Brasil conta com um grupo de sociólogos próprios que desenvolvem pesquisas fundamentais para a formação do pensamento e da identidade social do País. São eles: Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antônio Cândido de Mello e Souza, Gilda de Mello e Souza, Ruy Galvão de Andrada Coelho, entre outros.

Em 1961, é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no país, Lei 4.024, de 20 de dezembro, que mantém a divisão do Ensino Médio em dois ciclos: ginásial e colegial. A lei dava uma certa autonomia aos Estados de organizar a sua grade curricular, de acordo com as suas necessidades. Caberia ao Conselho Federal de Educação indicar 5 matérias obrigatórias para todo o País e aos Conselhos Estaduais de Educação

indicarem 3 disciplinas optativas e complementares. Com o Golpe Militar de 1964, a possibilidade da Sociologia ser oferecida, pelo menos como optativa, deixou de existir; a disciplina foi afastada dos currículos de ensino secundário até 1981.

Nos anos 80, devido ao processo de democratização da sociedade brasileira, o conhecimento sociológico ganha espaço como instrumento de cidadania. No Distrito Federal, em São Paulo e Minas Gerais surgem movimentos liderados pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com a participação de educadores que lutam pela reforma curricular, dando ênfase a formação humanista e reivindicando o resgate dos espaços da História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Em 1984, a Sociologia é reinserida nos currículos das escolas de 2º grau de São Paulo; em 1986 passa a constar nos currículos do Pará e do Distrito Federal. Em 1989, a disciplina volta as salas de aula

das escolas de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais .

No limiar dos anos de 1990, a educação se volta novamente a outras prioridades: a formação para o mercado de trabalho, refletida na competitividade e no individualismo. Na lógica de um novo paradigma produtivo, a Sociologia foi inserida na proposta curricular da reforma do Ensino Médio, na busca por uma formação crítico-reflexiva do educando (Santos,2000).

A Nova Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - em seu Art.36º, torna os conhecimentos de Sociologia e Filosofia fundamentais ao exercício da cidadania, situando-os nos conteúdos transversais e não no núcleo básico comum. No ano de 1999, o Ministério da Educação – MEC - lança os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio, os PCNs. Os resultados a que chegamos nesta investigação são diretamente influenciados por essa mudança, que

intervirá em todo o sistema educacional brasileiro.

MATERIAL E MÉTODOS.

Estudar um objeto tão denso de conhecimento e de análise como a Sociologia é demasiadamente complexo. Para tanto, nos limitamos a pesquisar a Sociologia enquanto disciplina, já que o nosso principal objetivo é conhecer sua atuação no cotidiano escolar das escolas públicas do Ensino Médio de Uberlândia.

Para a obtenção dos resultados, realizamos primeiramente o levantamento bibliográfico: consultas e fichamentos de textos das Ciências Sociais e Educação; de análises da história da Sociologia e de sua institucionalização enquanto disciplina no Ensino Médio do País.

Posteriormente, seguimos para o trabalho de campo. A cidade de Uberlândia foi a escolhida para a pesquisa. Ali realizamos visitas a instituições escolares,

tais como a 40ª Superintendência Regional de Ensino e as escolas públicas de Ensino Médio da cidade, seguidas da aplicação de questionários aos professores de Sociologia do Estado, a fim de conhecer o perfil dos educadores de Uberlândia. Utilizamos a técnica de amostragem, isto é, de um total de 22 professores, 14 foram pesquisados. As entrevistas foram realizadas de modo aleatório, com diretores de escolas e alguns professores.

Outro recurso utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o envio de e-mails a professores e especialistas da área de Sociologia de outras cidades, resguardando a objetividade científica.

A partir da análise e interpretação dos dados colhidos no trabalho de campo, chegamos aos resultados que se seguem:

RESULTADOS

Breve análise da situação da disciplina

Sociologia

A Sociologia é uma disciplina que

sempre esteve relacionada à situação política e social do País; seus percursores a viram como uma ciência que poderia ajudá-los a analisar e entender a sociedade.

Neste estudo, desenvolvido ao longo de 1 ano, procuramos conhecer um pouco sobre o percurso turbulento da disciplina, de seu surgimento até os dias atuais. Nos deparamos com uma ciência forte e indispensável para análise e compreensão do mundo moderno; disciplina fundamental à formação de um indivíduo crítico e capaz de interpretar a realidade social, política e econômica que o rodeia.

Os resultados que obtivemos, mediante análise histórica da Sociologia, nos revelam que sua presença ou ausência nos currículos educacionais das escolas de Ensino Médio reflete a política social do País.

No ensino superior, a disciplina Sociologia é oferecida a um grande número de cursos das áreas de Humanas, Biomédicas e, até mesmo, Exatas. Nesses

diferentes cursos, a ciência da Sociedade se particulariza em conhecimentos direcionados especialmente aos interesses específicos de cada área. Assim, temos, por exemplo, Sociologia Aplicada à Administração, Sociologia do Direito, Sociologia Rural, Sociologia da Música, Sociologia da Saúde, Sociologia da Educação, entre outras. O que há de comum nas ementas dessas diferentes sociologias é a proposta de desenvolver nos futuros graduados a capacidade de pensar criticamente as relações sociais, alicerçados por análises científicas da realidade.

No Ensino Médio, contudo, a realidade da Sociologia não é nada satisfatória. Se a disciplina ganha inúmeros espaços nas universidades de todo o País, na formação de sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e muitos outros profissionais, a efetivação da Sociologia como disciplina básica nos currículos educacionais do Ensino Médio, com carga horária definida e um programa mínimo a

ser cumprido, ainda não está regulamentada.

Em finais do século XX, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), fundamentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), Parecer 15/98 do Conselho Nacional de Educação, estabelecem que conceitos, procedimentos e atitudes derivadas da Geografia, História, Filosofia e da Sociologia devem constituir a área de Ciências Humanas e Tecnológicas. A nova LDB, no Art. 36º, ao referir-se ao ensino de Sociologia e Filosofia, trata-os como conhecimentos "necessários ao exercício da cidadania", o que facilita às escolas o direito de incluir tais conhecimentos em outras disciplinas das Ciências Humanas. Em nome da "interdisciplinaridade", a especificidade do conteúdo curricular dessas duas disciplinas pode ser diluído em aulas de História ou Geografia. Com total anuência da lei, o oferecimento ou não de tais disciplinas pode, inclusive, servir a jogos de interesses

políticos, por parte daqueles que querem se mostrar mais progressistas aos olhos da comunidade escolar.

Ainda assim, vale a pena registrar o compromisso evidente de alguns Estados do País com o desenvolvimento crítico e reflexivo dos jovens, ao incluírem as duas disciplinas como obrigatórias em sua grade curricular.

No Estado do Espírito Santo, a Lei nº 6.649, que torna obrigatória as disciplinas Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, foi aprovada pela Assembléia Legislativa e vetada pelo governador do Estado, José Inácio Ferreira. Em 11 de abril de 2001, a Assembléia Legislativa derrubou o veto do governador. Em seu Art. 1º, a lei determina como "obrigatório o ensino das disciplinas Filosofia e Sociologia em todos os estabelecimentos de Ensino de nível médio no Estado do Espírito Santo".

Diferentemente, em Boa Vista, Roraima, a grande maioria das escolas são públicas e, pela informação que obtivemos,

a presença ou não da disciplina, depende da política de cada diretor. Caso o mesmo considere a Sociologia necessária, ele solicita a Secretária de Educação permissão para adotá-la.

Situação excepcional é a do Distrito Federal. Ao contrário da maioria dos Estados brasileiros, em que a Sociologia está na parte diversificada do currículo, na capital do País a disciplina é obrigatória, com carga horária de 2 (duas) horas semanais nas três séries, fazendo parte do núcleo comum do currículo do Ensino Médio. Segundo o pesquisador e professor da Rede Pública do Distrito Federal, Mário Bispo dos Santos, antes do Parecer 15/98 do Conselho Nacional de Educação e das orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Sociologia no Distrito Federal era constante da parte diversificada do currículo, sendo oferecida apenas aos alunos do 3º ano do antigo 2º grau.

Recentemente, a possibilidade concreta de incluir a Filosofia e a

Sociologia como disciplinas obrigatórias para o Ensino Médio está o PLC 9/00, de autoria do deputado Padre Roque (PT/PR.), que dá nova redação ao Art. 36º da LDB, que prevê que todas as escolas de Ensino Médio no Brasil assegurem a seus educandos o direito de adquirir conhecimentos de Filosofia e Sociologia. A justificativa do autor é que os conteúdos dessas disciplinas não serão ensinados de forma adequada caso sejam inseridos em outras disciplinas, e trabalhados por professores sem a formação necessária para a efetivação dos objetivos por elas propostos.

Percorrendo uma trajetória de mais de 4 anos de idas e vindas, o PLC 9/00 finalmente foi aprovado pelo Senado, em 18 de setembro de 2001, com votação nominal: 40 votos favoráveis, 20 votos contrários e 5 abstenções. Enviado ao Planalto para apreciação, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, vetou-o na íntegra. Resta agora a possibilidade de o Senado Federal

derrubar, pelo voto da maioria, o veto do Presidente.

Enquanto a lei não institui a Sociologia como obrigatória no Ensino Médio de todo o País, em Minas Gerais, a trajetória da disciplina guarda especificidades que, de certa forma, a colocam em situação mais confortável, se comparada a outros estados brasileiros. A Constituição Mineira, promulgada em 21 de setembro de 1889, no Parágrafo Único do Art. 195, expressa: " O Estado deverá garantir o ensino de Filosofia e Sociologia nas Escolas Públicas de 2º grau" Ao regulamentar a lei, contudo, a Secretária de Estado da Educação editou a Resolução SEE, nº 6590, de 22 de dezembro de 1989, incluindo as duas disciplinas "em sua parte diversificada do currículo, como conteúdo específico, em uma ou mais séries do 2º grau, sujeitas a avaliação na forma da lei".

A brecha criada por essa Resolução, e que permitiu a manipulação da grade curricular, abriu um leque de

possibilidades para os diretores das escolas públicas não oferecem as disciplinas ou lhes destinam a carga horária mínima de uma hora semanal, "independente" da postura política por eles assumida frente à escola. Ainda assim, o caráter de obrigatoriedade, expresso na Constituição, permitiu que as duas disciplinas, em 1990, já estivessem novamente nas salas de aula das escolas públicas mineiras. Foi a legalidade dessa volta, que abriu espaço para que a Sociologia e a Filosofia pudessem ser introduzidas nos exames de seleção da Universidade Federal de Uberlândia. Essa inclusão, que ocorreu a partir de janeiro de 1997, veio influenciar toda a trajetória da Sociologia na cidade de Uberlândia e na Região de Triângulo Mineiro. Especificamente essa questão será o assunto do próximo item.

A especificidade de Uberlândia

Uberlândia, principal cidade do Triângulo Mineiro, conta com 22 escolas

estaduais do Ensino Médio, das quais apenas 1 não possui a disciplina Sociologia em sua grade curricular.

As escolas da rede privada, todas oferecem Sociologia e Filosofia como disciplinas obrigatórias. Esse fato se explica uma vez que as mesmas fazem parte das matérias obrigatórias nos exames de seleção do Vestibular da Universidade Federal de Uberlândia desde 1997, e PAIES (Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior) desde 1998.

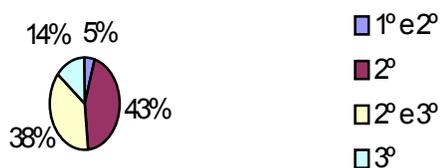
As escolas da rede pública estadual da cidade possuem autonomia para adotar Sociologia em sua grade curricular. Contudo, o fato de as disciplinas estarem no elenco das matérias do vestibular e do PAIES contribuiu de modo efetivo para que lhes houvesse sempre um "espaço disponível" .

Em termos numéricos, nas 22 escolas da cidade pesquisadas no 1º semestre de 2001, constatamos que 12 delas oferecem a Sociologia em apenas uma das séries; 9 oferecem a disciplina em

duas séries e apenas 1 escola não oferece. Em todas a carga horária é de apenas 1 hora semanal .

Em relação às séries em que a Sociologia é lecionada, o gráfico abaixo nos permite visualizar com clareza a distribuição das aulas.

Séries em que a disciplina Sociologia é oferecida



A variação entre as três séries se deve aos critérios de cada escola, que são definidos por uma comissão formada por professores e especialistas que organizam a grade curricular de, em média, 25 horas/aulas semanais, distribuindo as matérias da maneira mais adequada ou, pelo menos, da maneira que melhor lhes adequie. Matemática e Português possuem o maior número de aulas, em média 5 por

semana, e os professores não aceitam diminuir este número.

As demais matérias como História, Geografia, Biologia, Física e Química têm, em média, 3 aulas semanais. Tais disciplinas são alvos de reclamações dos professores que consideram insuficientes o número de aulas. Sem mencionar que, como o pagamento é calculado por aula dada, a redução da carga horária acarreta redução salarial. Assim, a Sociologia depende da prioridade, ou não, que lhe é dada pela escola. A solução seria a ampliação da grade horária mas, conforme a opinião de dois diretores das principais escolas públicas de Uberlândia, o governo afirma "não ter verba" para investir em um aumento da grade curricular.

De acordo com os professores de Sociologia pesquisados, todos consideram insuficiente 1 aula semanal em apenas uma série ou em duas séries do Ensino Médio. Essa carga horária é precária, já que não é possível aplicar todo o conteúdo proposto pelo programa do vestibular,

tornando deficiente a formação disciplinar do aluno.

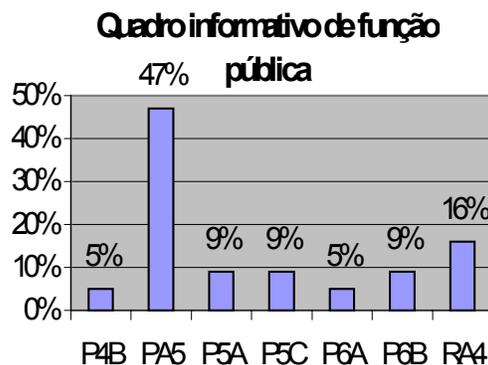
Outro problema enfrentado diz respeito a formação dos professores de Sociologia. A grande maioria não possui formação específica em Ciências Sociais, é oriunda de outras áreas do conhecimento, principalmente Filosofia e Pedagogia. Esse quadro de professores não qualificados se repete não apenas em Uberlândia mas em várias cidades do País.

Segundo o gráfico informativo de função pública da página seguinte, a partir de dados conseguidos junto a 40ª Superintendência Regional de Ensino, fica clara a deficiência de habilitados em Ciências Sociais.

A Universidade Federal de Uberlândia criou, em 1997, o curso de Ciências Sociais, com o objetivo de oferecer aos alunos a graduação em bacharelado e licenciatura na área. Essa iniciativa veio contribuir para amenizar a precariedade do quadro de profissionais habilitados a lecionar Sociologia na região.

Em 2001, o Curso de Ciências Sociais desta Universidade conferiu o título de licenciados aos alunos aprovados no primeiro vestibular.

Todavia, dos 22 profissionais que lecionam Sociologia em Uberlândia, no ano de 2001, apenas 11 são habilitados, isto é, 50%, do total. Todavia, dentre eles, estão incluídos também, os professores formados em Filosofia. A habilitação para esses últimos é dada pelo próprio Ministério da Educação - portaria nº 399, de 28 de junho de 1989 art. 1º XII - que afirma: "os licenciados em Filosofia possuem licenciatura plena em Sociologia no 2º grau".



PA5 - professor habilitado (Filosofia e Sociologia)
 P5A - professor excedente (aproveitado)
 P5C - professor excedente (aproveitado)
 P6A - professor excedente (aproveitado)
 P6B - professor excedente (aproveitado)
 RA4 - regente de ensino

Resultado: dos 11 professores habilitados, apenas 5 têm graduação em Ciências Sociais. Os outros 50% não habilitados são formados em outras áreas e reaproveitados pelo Estado. Com isso, diminui-se os custos de novas contratações.

Um exemplo claro de professores não habilitados para as funções que desempenham são os excedentes, oriundos do antigo Curso de Magistério. Muitos deles foram designados às aulas de Sociologia, não importando em nada a sua habilitação original.

No primeiro semestre de 2001 saiu o edital do Concurso Público do Estado de Minas Gerais. Ao total são 34 vagas para Sociologia em todo o Estado. A Região de Belo Horizonte e Grande BH contam com 11 vagas. Em Uberlândia são 7 vagas para a 40ª Superintendência Regional de Ensino, um número insuficiente para atender a demanda da disciplina na região.

Com uma grade horária insuficiente e um precário quadro de professores, a

realidade em sala de aula, vivida pelo professor de Sociologia, não é nada satisfatória. Em entrevistas realizadas com cerca de 14 professores da rede pública estadual de Uberlândia, destacamos, em suas falas, as principais dificuldades:

1. Número de aulas insuficiente: apenas uma aula semanal de 50 minutos: *"O tempo é muito reduzido, uma aula de 50 minutos em onde você praticamente trabalha 40 e só uma vez por semana em uma série só, isso dificulta a dar uma aula mais diversificada e de qualidade"*.
2. Pouca receptividade por parte dos alunos: *"Eles não aceitam muito e se questionam em relação o que fazer com a Sociologia para a vida"*.
3. Obrigação de atender as exigências do programa de Vestibular e PAIES da UFU: *"Já que ela é apenas uma aula semanal, torna-se impossível cumprir o currículo exigido pela própria UFU"*.
4. Material didático precário, insuficiente e às vezes inexistente: *"Os livros não*

são atualizados, sendo difícil o acesso ao material didático".

Em nossas entrevistas, foi unanimidade entre os professores o reconhecimento da importância da Sociologia. Destacamos, a seguir, a fala de dois deles:

"A disciplina faz com que eles (os alunos) tomem consciência, a partir das informações teóricas advindas da disciplina, e, com isso, permite uma consciência mais crítica sobre o que a realidade os mostra, questionando situações das próprias vivências".

"A Sociologia é parte fundamental na educação, pela conscientização e pela oportunidade de transformação dessa nossa sociedade. A Sociologia é base fundamental do espírito crítico de nossa sociedade".

Vemos nesses depoimentos que, apesar das inúmeras dificuldades encontradas na prática da disciplina, as opiniões favoráveis a disciplina se repetem nas palavras dos entrevistados, uma visão

clara de que a Sociologia é fundamental para uma formação humanística; para despertar no aluno uma consciência crítica e cidadã, diante as múltiplas realidades que o envolvem.

Outro fato importante é a influência dos processos seletivos da Universidade Federal de Uberlândia na fundamentação do conteúdo programático da disciplina, o que, de certa forma, eleva o grau de exigência por parte de professores e alunos em relação ao programa ministrado. Segundo opiniões e relatos de professores e técnicos da educação, as escolas da cidade têm em suas metas formar um aluno preparado para ingressar na Universidade Federal de Uberlândia, isto é, capaz de sistematizar uma série de conteúdos que tenham probabilidade de serem cobrados no Vestibular ou no PAIES.

Pelo conjunto de precariedades que delineiam a situação atual da Sociologia no Ensino Médio de Uberlândia, marcado principalmente por

um reduzido número de aulas semanais e por um quadro de professores, cuja maioria não tem habilitação específica para lecionar a disciplina, é possível afirmarmos que o domínio dos conhecimentos de Sociologia, necessários ao exercício da cidadania, conforme proposta da lei 9.394/96, ainda é uma utopia.

Os resultados da pesquisa de campo não são os mais satisfatórios; pelo menos, não são os que gostaríamos. À expressão dos PCNs, ao atribuir à Sociologia no Ensino Médio a tarefa de "investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, instrumentalizando o aluno para decodificar a complexidade social" ainda está distante de se realizar.

Resta-nos trabalhar para que, academicamente, a disciplina Sociologia no Ensino Médio seja efetivamente capaz de levar o aluno a compreender, com criatividade, a dinâmica do mundo a sua volta; dar-lhe condições de analisar com

critério racionalidade e coerência teórica os problemas da realidade em que vive.

CONCLUSÃO E DISCUSSÕES:

A proposta deste trabalho foi identificar aspectos que pudessem contribuir para elucidar o processo de institucionalização da disciplina Sociologia no Ensino Médio. Foram pesquisados dados bibliográficos e empíricos, feitas análises de autores clássicos e atuais das Ciências Sociais e da Educação; realizado trabalho de campo junto aos professores e profissionais das instituições públicas de Ensino Médio da cidade de Uberlândia.

O objetivo geral da disciplina Sociologia é introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das Ciências Sociais. "A construção da cidadania do educando", conforme o próprio texto dos PCNs, é uma das finalidades centrais da Sociologia no Ensino Médio. Porém, o que verificamos em nossas investigações é que as

dificuldades que envolvem a disciplina, nesse nível de ensino, impedem a concretização de seus propósitos básicos.

Consideramos que a educação escolar precisa estar preparada para atender às exigências e necessidades de uma sociedade em constante transformação. Pensar em uma nova proposta de ensino para jovens de todo o País é, também, pensar em uma nova grade curricular para o Ensino Médio, dando às Ciências Humanas condições materiais de desempenhar sua tarefa. É preciso analisar a possibilidade de distribuir as atuais 25 horas semanais entre as disciplinas do currículo básico e da parte diversificada, de modo a manter um equilíbrio entre os conteúdos oferecidos. Português e Matemática são disciplinas essenciais: precisam mesmo de uma carga horária maior. Contudo, é preciso se levar em conta que as Ciências Humanas, de uma maneira geral, estão diretamente compromissadas em desenvolver a capacidade reflexiva do aluno, sua inserção

na realidade social e política, possibilitando-lhe decifrar a complexidade do mundo em que vive.

A Sociologia, especificamente, tem tais objetivos cravados em sua proposta curricular, expressos tanto no Art. 36º, da nova LDB, como no texto dos PCNs. Repensar uma nova distribuição de carga horária entre os conteúdos das Ciências Exatas, Biomédicas e Humanas é uma questão que precisa ser considerada, principalmente porque o número reduzido de aulas de Sociologia dificulta a interiorização dos conceitos básicos, necessários ao aprendizado da disciplina.

À luz de todos os elementos analisados, pode-se afirmar que esta pesquisa aponta também para a necessidade de uma inserção efetiva do licenciado em Sociologia na prática da disciplina. Dito com outras palavras, para que a Sociologia no Ensino Médio atinja minimamente os objetivos propostos pelos PCNs, ela precisa ter uma carga horária definida e ser ministradas por profissionais

habilitados em Ciências Sociais; professores que dominem os referenciais teóricos básicos da análise social. É urgente, por isso mesmo, trabalhar por uma reestruturação da grade curricular, para devolver a disciplina o lugar que lhe é de direito no Ensino Médio

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubens. *Estórias de quem gosta de ensinar*. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1984.
- AMOROSO LIMA, Alceu. *Preparação à Sociologia*. Rio de Janeiro, D. Vital, 1931
- ARCHERO JR., Achilles. & CONTE, Alberto. *Dicionário de Sociologia*. São Paulo, 1939.
- AZEVEDO, Fernando. *Sociologia educacional*. 2ªed. São Paulo, Melhoramentos, 1951.
- ARCHERO JR., Achilles. *Lições de Sociologia*. 2ªed. São Paul, 1935.
- BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no Século XIX - O espetáculo da pobreza*. 2º ed. São Paulo, Brasiliense, 1964.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo, UNESP, 1999.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1998.
- COSTA, Maria Cristina. *Sociologia Introdução à ciência da sociedade*. São Paulo, Moderna, 1992.
- COTRIM, Gilberto. *História Global*. 2º ed. São Paulo, Saraiva, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *Elementos de Sociologia Teórica*. São Paulo, Nacional, 1970.
- FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977
- FREYRE, Gilberto. *Sociologia: introdução a seus princípios*. 2 vols. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945.
- GOMES, C. *A Educação em Perspectiva Sociológica*. São Paulo: EPU, 1985.
- GUIMARÃES E. F, (org.). *Pensando a sociedade textos de sociologia para o 2º grau*. Uberlândia: UFU, 1994.
- _____. "Sociologia no Ensino médio: experiências da prática da disciplina". Uberlândia, mimeo, 2001.
- IANNI, Octávio. A Sociologia e o Mundo Moderno. *In Tempo Social*. USP, v.1, n.1, 1989.
- LOPES, José de Sousa. *Educação e referências para perceber o mundo*. nº.24. Belo Horizonte, Dimensão, 1998, pp. 95-96.
- MELLO, G.N. *Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio*. Parecer 15/98 do Conselho Nacional de Educação. In Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino médio - Bases Legais - Vol. 1. Ministério da Educação, 1999.
- MEUCCI, Simone. *A Institucionalização da Sociologia no Brasil: Os Primeiros Manuais e Cursos*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, 2000.130p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -
*Parâmetros Curriculares Nacionais para o
Ensino Médio.* Brasília, MEC, 1999.
Ciências Humanas e suas Tecnologias V.4

pedagógica. Porto Alegre, n.8, p.13-17,
1999.

SANTOS, Mário Bispo dos. *A Sociologia
no Ensino Médio: Condições e
perspectivas epistemológicas..* Brasília,
UNB, s/data.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo
das raças: cientistas, instituições e questão
racial no Brasil, 1870-1930.* São Paulo,
Companhia das letras, 1993.

SOMBRA, Severino. *Formação da
sociologia: introdução histórica às
Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: Livraria
José Olympio, 1941.

ORTIZ, R. "Notas sobre as ciências sociais
no Brasil". *IN: Novos Estudos CEBRAP,*
nº27. São Paulo, CEBRAP, 1990, pp. 163-
175.

POVIÑA, A .Estudos sociológicos no
Brasil. In: *Sociologia: revista didática e
científica.* Vol. I, nº4. São Paulo, 1939,
pp.53-60.

RAMAL, Andrea Cecília. As mudanças no
Ensino Médio. In: *Pátio revista*